

Poder pastoral, discurso e subjetivação: Reflexões acerca da intolerância sobre LGBTs no Brasil

Pastoral power, discourse and subjectivation: Reflections on intolerance toward LGBTs in Brazil

Heriton Vinícios Serrão Silva*
Adriana Pierre Coca**

Resumo: O artigo utiliza as perspectivas foucaultianas de poder pastoral, subjetivação, discurso e sexualidade para analisar a produção de intolerância contra a comunidade LGBTQIAPN+ no Brasil contemporâneo. O estudo enfatiza o papel do cristianismo e do discurso bíblico conservador, contrastando essas visões com interpretações alternativas que desafiam leituras tradicionais. A pesquisa conclui que o neopentecostalismo, ao se apropriar de narrativas tradicionais sobre gênero e sexualidade, reforça a marginalização de minorias sexuais, perpetuando práticas discriminatórias e de exclusão social. No entanto, esses fenômenos são compreendidos como parte de um plano de fundo mais amplo, relacionado a uma governamentalidade que regula corpos, comportamentos e identidades, consolidando estruturas de poder e controle na sociedade.

Palavras-Chave: Subjetivação. Poder pastoral. Discurso. Intolerância contra LGBTs.

Abstract: The article employs Foucauldian perspectives on pastoral power, subjectivation, discourse, and sexuality to analyze the production of intolerance against the LGBTQIAPN+ community in contemporary Brazil. The study highlights the role of Christianity and conservative biblical discourse, contrasting these views with alternative interpretations that challenge traditional readings. The research concludes that neo-Pentecostalism, by appropriating traditional narratives on gender and sexuality, reinforces the marginalization of sexual minorities, perpetuating discriminatory practices and social exclusion. However, these phenomena are understood as part of a broader backdrop related to a form of governmentality that regulates bodies,

*Doutorando em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Comunicação pela Universidade Federal do Piauí (UFPI). Bacharel em Comunicação Social Faculdade Estácio de São Luís. Bolsista CAPES. E-mail: heritonvinicios@live.com.

**Doutora em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Comunicação e Linguagens, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP). Graduada em Comunicação Social pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Pesquisadora de pós-doutorado no Programa de Pós-graduação em Comunicação da UFRGS – bolsista CNPq. E-mail: pierrecoca@gmail.com.



This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY

behaviors, and identities, consolidating structures of power and control within society.

Keywords: Subjectivation. Pastoral Power. Discourse. Intolerance towards LGBTs.

Recebido em 23/08/2024. Aceito em 29/04/2025.

INTRODUÇÃO

O Brasil mantém a lamentável posição de país que mais mata pessoas LGBTQIAPN+ no mundo. Entre 2014 e 2023, foram registradas mais de 3.200 mortes, conforme dados do Observatório de Mortes Violentas de LGBTs+ no Brasil, vinculado ao Grupo Gay da Bahia (GGB).¹ Até o presente momento (08 de março de 2025), a entidade ainda não lançou o relatório referente a 2024, mas já se percebe o aumento de 8% (291 mortes) em comparação ao ano anterior.² O índice atual não se distancia dos anos antecedentes e a maioria dos casos é bárbara, representando o ódio em sua forma mais cruel e insana.³ Como é o caso da jovem lésbica Ana Caroline Sousa Câmpelo, de 21 anos, que foi encontrada morta em uma estrada vicinal no dia 10 de dezembro de 2023, sem a pele do rosto, couro cabeludo, olhos e orelhas.⁴ Os casos de homicídios de mulheres trans são ainda mais alarmantes, frequentemente vítimas de apedrejamentos, esquartejamentos e degolas.

O panorama de violências contra a população LGBTQIAPN+ também se reflete no salto de denúncias, especialmente de homofobia e transfobia, registradas nos últimos anos. De acordo com dados do disque 100, serviço do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania (MDHC) - que documenta violações de direitos humanos -, há mais de 6 mil denúncias registradas somente em 2024 (Brasil, 2025, s/p).

Os índices supracitados indicam que, de modo geral, o Brasil ainda não consegue lidar com a diversidade sexual, diferente de outros países latinos como o Uruguai e Colômbia, e europeus como o Reino Unido, Bélgica e Alemanha, vistos como os países mais seguros para as pessoas LGBTs (Quadros, 2021, s/p). Afinal, o que favorece a manutenção desse cenário? É da igreja cristã que descende a intolerância contra os LGBTs?

As respostas para essas questões são complexas e labirínticas, dada a multiplicidade de reflexões sobre o fenômeno da produção de ódio contra grupos minoritários, entre os quais se inclui a comunidade LGBTQIAPN+. No entanto, o filósofo, sociólogo e historiador Michel Foucault

¹Dossiê denuncia 230 mortes e violências de pessoas LGBT em 2023. Disponível em: <https://grupogaydabahia.com.br/wp-content/uploads/bsk-pdf-manager/2024/02/observatorio-2023-de-mortes-violentas-de-lgbt-1.pdf>. Acesso em: 10/07/2024.

² Ver mais em: <https://www.brasildefato.com.br/2025/01/18/brasil-teve-quase-300-mortes-violentas-por-lgbtphobia-em-2024>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

³ Segue o número de mortes violentas de LGBTs nos últimos 10 anos contabilizados: 2014 - 329; 2015 - 319; 2016 - 345; 2017 - 445; 2018 - 420; 2019 - 329; 2020 - 237; 2021 - 300; 2022 - 256; e 2023 - 257 mortes. Ver mais em: <https://grupogaydabahia.com.br>. Acesso em: 20 de jan. de 2025.

⁴ Caso Ana Caroline: Morte brutal de jovem no Maranhão completa um mês sem respostas. Disponível em: <https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2024/01/11/caso-ana-caroline-morte-brutal-de-jovem-no-maranhao-completa-um-mes-sem-respostas.ghtml>. Acesso em: 10/07/2024.

(1926-1984) oferece pistas ao apontar que a sociedade ocidental compartilha um modelo de governamentalidade fundamentado no ‘poder pastoral’ (Foucault, 2008, p. 135, 219). Nesse contexto, a sexualidade adquire alta instrumentalidade, podendo servir como ponto de apoio e articulação para as mais variadas estratégias de controle e normatização (Foucault, 1988, p. 99).

Foucault propõe um conjunto de conceitos fundamentais para a compreensão da desigualdade e da violência no regime ocidental, levando à reflexão sobre os modos de ser, pensar e agir modelados pela cultura. A partir de uma análise dos conceitos de sexualidade (Foucault, 1988), discurso (Foucault, 1999), subjetivação e poder pastoral (Foucault, 2008), torna-se possível compreender o papel de determinadas forças na manutenção e reprodução da intolerância contra pessoas LGBTQIAPN+ em países de tradição cristã, como o Brasil.

Com o objetivo de analisar a intolerância contra a comunidade LGBT+ no Brasil, realizou-se uma revisão crítica da literatura, articulando os conceitos foucaultianos ao tema. Para ampliar a compreensão dos fatores que sustentam comportamentos de exclusão e violência, outros autores também foram mobilizados, enriquecendo a análise e oferecendo uma perspectiva mais abrangente sobre o assunto.

O texto está organizado em três seções. Na primeira, discute-se a relação entre disciplina, subjetivação, discurso e poder pastoral (Foucault, 1987; 1988; 1999). Em seguida, aborda-se conexões entre cristianismo, sexualidade e homofobia (Foucault, 2008; Brownson, 2014; Dantas, 2010; Machado, 2022). Por fim, a terceira seção apresenta uma discussão integradora, na qual as perspectivas analisadas são articuladas com o contexto brasileiro de desigualdade sobre os LGBTQIAPN+.

SUBJETIVAÇÃO, DISCURSO E PODER PASTORAL

A intolerância contra pessoas LGBTs não é um fenômeno recente, insere-se num processo histórico de saber e poder (Foucault, 1988, p.43), que se estrutura e se expande a partir dos últimos séculos. Além disso, é um fenômeno crescente, pois, 92,5% das pessoas que se identificam como LGBTQIAPN+ no Brasil, relataram o aumento da violência contra seu grupo.⁵ Sob a luz da compreensão foucaultiana, pode-se aferir que essa intolerância participa dos processos históricos de formação do sujeito, em uma sociedade atravessada por traços de colonialismo e patriarcado.

A subjetivação consiste no processo pelo qual se estruturam os modos de ser, pensar e agir. Trata-se da constituição de um sujeito, formado a partir da “extração da verdade que lhe é imposta” (Foucault, 2008, p. 243), que se torna um “sujeito sem ser sujeitoado” (Foucault, 2008, p. 310). Dessa forma, como esclarece Rose (2001, p. 36), as ideias que as pessoas têm de si - como a personalidade, o caráter, os valores e as crenças, a saber, as subjetividades - são entendidos como invenções linguísticas que visam conferir uma dimensão de interioridade, embora tais construções sejam, na verdade, introjetadas desde a infância, moldando a experiência de viver.

O processo de subjetivação no contexto ocidental se desenvolve num cenário político-cultural-econômico, mediado por uma rede complexa de relações presentes em todas as interações sociais e institucionais (Foucault, 1987, p.178). Esse processo é marcado pelo ‘poder disciplinar’ - caracterizado por técnicas específicas de vigilância, normatização e regulação dos corpos (Foucault, 1987, p.178) - e pelo ‘biopoder’ - que não se limita no controle dos comportamentos, mas também

⁵ Ver mais em: **A LGTBfobia no Brasil: os números, a violência e a criminalização**. Fundo Brasil. Disponível em: <https://www.fundobrasil.org.br/blog/a-lgbt-fobia-no-brasil-os-numeros-a-violencia-e-a-criminalizacao/>. Acesso em: 08/03/2025.

regula os processos biológicos, sexuais, reprodutivos e sociais dos indivíduos, visando otimizar a saúde, a produtividade e a reprodução (Foucault, 1988, p.136).

De acordo com Foucault, o discurso (midiático, político, religioso etc.) tem papel fundamental no processo de subjetivação, pois ele não se trata apenas de linguagem, retórica ou um conjunto de palavras, mas uma forma de exercer o poder, formar sujeitos e construir a realidade (Foucault, 1999, p.10). Para o filósofo, o sujeito que fala é somente um intermediário, pois são as instituições que regulam o seu discurso, permitindo sua propagação, por meio do reconhecimento de certas verdades, ligando os indivíduos por meio de enunciações:

A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros. A doutrina realiza uma dupla sujeição: dos sujeitos que falam aos discursos e dos discursos ao grupo, ao menos virtual, dos indivíduos que falam (Foucault, 1999, p. 43).

De acordo com Foucault (1999, p.57), uma formação discursiva se estabelece a partir de determinadas regularidades que definem as condições de existência, coexistência, transformação e desaparecimento de certos enunciados discursivos. Ou seja, o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz afetado pela ideologia e pelo inconsciente e, por conseguinte, seu dizer inscreve-se, sem que ele perceba, em uma formação discursiva determinada, de onde não só ele retira os elementos de saber que se organizam no interior de seu discurso, como também e, sobretudo, ele se significa ao significar ou ressignificar seu dizer.

Os discursos religiosos, sobretudo no contexto do cristianismo, não se restringem à expressão de uma verdade transcendental, mas atuam também como instrumentos de poder que moldam os sujeitos e suas subjetividades. Por meio da pregação e da confissão, por exemplo, organizam-se práticas e significados que difundem a doutrina, pois é “a partilha de um só e mesmo conjunto de discursos que indivíduos, tão numerosos quanto se queira imaginar, definem sua pertença recíproca” (Foucault, 1999, p.42). Nesse processo, a identidade e a agência dos indivíduos são constituídas pelo entrelaçamento de ideologias, saberes e valores religiosos, que funcionam como forças normativas na vida cotidiana. A relação estabelecida entre o discurso e o sagrado, reforça a eficácia dessas práticas e consolida a autoridade do líder religioso como legítimo representante do divino.

No cristianismo, os líderes religiosos, como padres, pastores, bispos e ministros, são frequentemente compreendidos pelos fiéis como apóstolos escolhidos por Deus, como diz Ezequiel 34:23: “Estabelecerei um pastor sobre todo o meu povo, que será o meu servo Davi. Apascentá-lo-á e será para ele como um verdadeiro pastor”. A esses escolhidos, Deus revela seus desígnios, conforme expressa Amós 3:7: “Porque o Senhor Javé nada faz sem revelar seu segredo aos profetas, seus servos”. Nesse sentido, o pastor religioso, assim como o pastor de ovelhas, desempenha o papel de guia e vigia do seu rebanho (Foucault, 2008, p.217), consolidando-se como figura central na condução espiritual dos fiéis. E se está na Bíblia, deve-se seguir, pois, como diz Salmos 33:4-6: “As palavras do Senhor são verdadeiras; tudo o que ele faz merece confiança. O Senhor Deus ama tudo o que é certo e justo; a terra está cheia do seu amor”.

O poder pastoral é uma relação de poder distinta da soberania, pois o líder religioso, diferente do soberano, concede proteção e cuidado ao rebanho, tendo em troca o respeito e a obediência (Foucault, 2008, p. 170). O pastor como representante de Deus e, assim, concebendo a sua autoridade, conduz os fiéis aos desejos de Deus, com o objetivo da ‘salvação’ após a morte.

A saber, uma recompensa para aqueles que seguem a ordem (paraíso) e um castigo para aqueles que a desobedecem (inferno), como diz Mateus 25:46: “E eles irão para o castigo eterno; mas os justos irão para a vida eterna”.

Dessa forma, o poder pastoral refere-se à forma como o poder é exercido e mantido através de estratégias de cuidado e vigilância sobre os indivíduos. Se manifesta através de uma relação assimétrica entre aqueles que o exercem e aqueles sobre os quais ele é exercido. Essa forma de poder pode ser vista não só na instituição igreja, mas na escola, no hospital e no sistema prisional, onde há uma autoridade que cuida e direciona aqueles que estão sob sua responsabilidade (Foucault, 1987, p.165). Envolve técnicas de governança que visam não apenas controlar as ações dos indivíduos, mas também moldar suas identidades e subjetividades, através de práticas disciplinares (Foucault, 2008, p.243). Assim, o líder religioso carrega uma autoridade discursiva que fortalece sua potência de subjetivar/assujeitar, podendo reproduzir interpretações homogêneas da realidade, sendo absorvidas pelos ouvintes muitas vezes sem o crivo da reflexão.

Compreende-se, portanto, que o discurso atua como um instrumento de poder e de subjetivação dos indivíduos. Nesse processo, os sujeitos tornam-se porta-vozes de narrativas pré-estabelecidas, com as quais se identificam e que passam a regular seus corpos e ações. Esse mecanismo, ao restringir a liberdade de ser, pensar e agir, gera violência — tanto contra si mesmos quanto contra os outros —, na medida em que limita a expressão autêntica e a autonomia individual.

É importante ressaltar que o Brasil está inserido em um contexto neoliberal marcado pelo que Rolnik (2023, s/p) denomina “regime de inconsciente colonial-patriarcal-racializante-capitalístico”. Esse regime estrutura uma visão de mundo que desprivilegia corpos não brancos e não heterossexuais, ao mesmo tempo que beneficia aqueles que sustentam os sistemas de produção dominantes.

Sua lógica se ancora em uma ideologia meritocrática, que nega as desigualdades estruturais e apaga a alteridade — isto é, a diversidade e as diferenças que constituem as experiências humanas. Desse modo, o sistema reproduz hierarquias sociais e econômicas, perpetuando a exclusão de grupos já vulnerabilizados e privilegiando aqueles que se alinham aos padrões hegemônicos de poder.

A noção de “governamentalidade” em Foucault (2008, p.219) é central para entendermos como as práticas de governo evoluíram desde o século XVI ao longo da história e passaram a se camuflar entre discursos e práticas. A governamentalidade se dá por meio de um conjunto de instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem o exercício desse tipo específico e complexo de poder, que tem por alvo a população. O cristianismo tem papel preponderante nesse cenário, Foucault (2008, p.219-220) afirma:

O Estado moderno nasce, a meu ver, quando a governamentalidade se torna efetivamente uma prática política calculada e refletida. A pastoral cristã parece-me ser o pano de fundo desse processo, estando entendido que há, por outro lado, uma imensa distância entre o tema hebraico do pastor e a pastoral cristã [que] haverá, é claro, outra distância não menos importante, não menos ampla, entre o governo, a direção pastoral dos indivíduos e das comunidades e o desenvolvimento das artes de governar, a especificação de um campo de intervenção política a partir dos séculos XVI-XVII.

Para Foucault (2008, p.219-220), a governamentalidade envolve uma forma de exercer o poder que vai além da soberania territorial e do uso da força, articulando-se em torno da gestão das populações e da condução de condutas. A pastoral cristã, de acordo com o filósofo (Foucault,

2008, p.219-220), é caracterizada por práticas que visam o cuidado, a direção e a ‘salvação das almas’. Essas táticas introduzem uma lógica de controle individualizado e totalizante que, embora se baseie em elementos do pastorado hebraico, se distancia dele ao se estruturar como uma tecnologia de poder própria do cristianismo.

Dessa forma, o ‘poder pastoral’ tratar-se-ia de um ‘pano de fundo’ da governamentalidade (Foucault, 2008, p.219), sendo uma extensão do poder estatal-econômico que visa a condução e regulação da vida social. No contexto contemporâneo, por meio das novas tecnologias de comunicação e informação, a governamentalidade consegue penetrar com mais profundidade as esferas da vida social, guiando comportamentos de maneira mais sutil e indireta.

A formação histórica das práticas dos governos ocidentais passou por transformações significativas ao longo do tempo, resultando nas formas contemporâneas de governança. Contudo, em países de história colonial exploratória, como o Brasil, permanece uma forte influência da subjetividade cristã e dos valores oriundos dos ensinamentos bíblicos na constituição política, cultural e social. Ainda que a igreja tenha se separado do Estado, continua a desempenhar um papel na estruturação da vida das populações, influenciando práticas cotidianas, valores morais e a organização das relações.

CRISTIANISMO, SEXUALIDADE E HOMOFOBIA

No Brasil, a raiz do ódio contra pessoas LGBTQIAPN+ deriva de uma subjetividade fortemente cultivada, especialmente por igrejas e movimentos neopentecostais ultraconservadores católicos e evangélicos,⁶ comumente associados a partidos políticos de direita e extrema-direita (Vencato; Vieira, 2021, p. 10) - elucidando a intensa e ordinária relação entre igreja e Estado no contemporâneo. Outrossim, mais de 80% da população brasileira se declara cristã (IBGE, 2012), facilitando a legitimação e a internalização dos discursos que, por meio da mídia, ganham amplificação.

A partir da perspectiva foucaultiana sobre o poder pastoral, compreende-se a relação intrínseca entre governamentalidade e cristianismo, ambos atuando na produção de sujeitos homogeneizados e disciplinados. Essa conformação se dá, sobretudo, por meio de três eixos: Restrição da liberdade, imposição da obediência e a necessária negação de si (Rose, 2001, p. 41). Nesse arcabouço, a sexualidade emerge como dispositivo de saber-poder — um mecanismo que enquadra os corpos em parâmetros normativos, privilegiando a sexualidade “procriativa” (Foucault, 1988, p. 99). Assim, ela se torna instrumento estratégico e politicamente maleável, capaz de sustentar e reproduzir as relações de poder hegemônicas.

Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias. (Foucault, 1988, p.99).

⁶ Na igreja católica, o movimento Renovação Carismática Católica, especialmente, é neopentecostal e ultraconservador (Machado, 2015, p.45). Mas não são todas as igrejas católicas e protestantes que praticam a homofobia. Existem igrejas que elaboram projetos de acolhimento de pessoas LGBTQs, como é o caso da paróquia de São Miguel Arcanjo, no bairro da Mooca, na cidade de São Paulo, onde o Padre Júlio Lancellotti elabora diversos projetos com pessoas travestis e transsexuais em situação de rua. Ver mais em: <https://www.sonoticiaboa.com.br/2021/11/15/padre-julio-lancellotti-absorventes-homens-trans>. Acesso em 23 de jun. de 2025.

Foucault (1988, p.99) auxilia na compreensão de que a sexualidade não é apenas uma expressão natural de desejo ou um conjunto de práticas íntimas, mas um complexo sistema político que permeia as normas sociais. Argumenta que a sexualidade é historicamente regulada pelos discursos, práticas institucionais e estratégias de poder. Tal prática funciona como a “polícia do sexo”, isto é, a necessidade de regular o sexo por meio de discursos úteis e públicos, e não pelo rigor de uma proibição (Foucault, 1988, p.28).

Em países de forte herança cristã, como o Brasil, o discurso sobre sexualidade tende a privilegiar casais heterossexuais que mantêm relações sexuais apenas após o casamento, uma vez que - segundo a tradição cristã - a prática sexual tem como finalidade a reprodução, como já dito. Essa visão influencia diretamente a definição do que é socialmente aceito como “normal” ou “desviante” no comportamento sexual. A partir dessa lógica, constrói-se um campo de saber sobre a sexualidade que estabelece normas e padrões que regulam — direta ou indiretamente — tanto as condutas individuais quanto as coletivas relacionadas à sexualidade (Foucault, 1988, p. 28).

Dantas (2010, s/p) evidencia a profunda interligação entre sexualidade e religião no Ocidente, ressaltando que “desde os primeiros séculos da era cristã, a sexualidade ocupou lugar central no pensamento cristão, manifestando-se em pregações, tratados teológicos, orientações doutrinárias e códigos morais” (Dantas, 2010, s/p). Essa relação histórica permanece vigorosa na contemporaneidade, ecoando não apenas através dos modernos aparatos tecnológicos de comunicação, informação e entretenimento, mas também permeando espaços cotidianos como lares, templos religiosos e diversas instituições sociais.

As concepções cristãs acerca da sexualidade encontram seus fundamentos nos textos canônicos, com particular destaque para as narrativas do Antigo Testamento. Esses escritos são sistematicamente mobilizados por lideranças religiosas como substrato doutrinário para legitimar posicionamentos contrários à homossexualidade, sustentando assim uma hermenêutica que patologiza os LGBTQIAPN+. Contudo, cumpre observar que o Novo Testamento oferece um contraponto significativo, particularmente nas exortações de Jesus Cristo, que privilegiam a alteridade, a ágape (amor incondicional) e a acolhida das diferenças.

Esta dicotomia interpretativa - entre um paradigma normativo baseado no Antigo Testamento e uma ética inclusiva derivada do Novo Testamento - configura um campo de tensão no interior do cristianismo contemporâneo. Tal polaridade reflete-se diretamente nas práticas eclesiais: enquanto algumas comunidades enfatizam a exclusão com base em leituras literalistas, outras, alinhadas com a teologia inclusiva, buscam ressignificar os textos sagrados à luz dos princípios de diversidade e pluralidade. Essa divergência exerce influência decisiva nos posicionamentos das instituições religiosas frente às questões de gênero e sexualidade na atualidade.

É importante ressaltar que a Bíblia é um livro antigo, com indícios de que alguns de seus trechos possam ter sido escritos por volta de 600 a.C. (textos do Antigo Testamento). Além disso, sua composição em três línguas complexas (hebraico, aramaico e grego) e as diversas traduções ao longo da história, resultaram em interpretações divergentes.⁷ Um exemplo disso são as diferenças entre as traduções católicas e protestantes, que variam, entre outros aspectos, no número

⁷ Quem escreveu a Bíblia? Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-62962698>. Acesso em: 11/03/2025.

de livros considerados canônicos.⁸ Essa pluralidade de versões e interpretações contribui para a complexidade e a diversidade dos discursos religiosos sobre a sexualidade.⁹

Destacam-se dois textos bíblicos que abordam as relações homoafetivas e servem como base para compreender a intolerância que permeia o discurso cristão sobre o tema. O primeiro, encontrado em ‘Levítico 18:22’, afirma: “Não te deitarás com um homem, como se fosse mulher: isso é uma abominação”. O segundo texto, presente em ‘1 Coríntios 6:9-11’:

Vocês não sabem que os perversos não herdarão o Reino de Deus? Não se deixem enganar: nem imorais, nem idólatras, nem adúlteros, nem homossexuais passivos ou ativos, nem ladrões, nem avaros, nem alcoólatras, nem caluniadores, nem trapaceiros herdarão o Reino de Deus. Assim foram alguns de vocês. Mas vocês foram lavados, foram santificados, foram justificados no nome do Senhor Jesus Cristo e no Espírito de nosso Deus.

A análise dos textos bíblicos em Levítico 18:22 e 1 Coríntios 6:9-11 revela uma interpretação que, ao longo da história, tem sido utilizada para justificar atitudes homofóbicas. Como se vê, essa tradução bíblica, acusa a prática homossexual como “sodomia”,¹⁰ especialmente devido à incapacidade de tais relações sexuais gerarem vida, diferente do que diz Gênesis 1:28: “Frutificai, disse ele, e multiplicai-vos, enchei a terra e submetei-a”. Além disso, nesses trechos a figura do homossexual é igualada às figuras de ladrões e trapaceiros, abordando a homossexualidade como algo que se deve tratar com “repugnância”.

Em Levítico, o texto categoriza a relação sexual entre homens como ‘abominação’, uma palavra forte que conota uma rejeição moral profunda.¹¹ Esta passagem, tem sido tradicionalmente interpretada por muitos como uma condenação direta e absoluta da homossexualidade. No entanto, Brownson (2014, p. 271), importante escritor cristão, argumenta que essa passagem deve ser entendida dentro do seu contexto histórico e cultural, e que relacionar os trechos à homossexualidade, é especulativo e carente de evidência. Assim, é importante contextualizar que essa noção está ligada a um sistema cultural e religioso específico da época, refletindo valores e normas de uma sociedade antiga. No Novo Testamento, especialmente nos Evangelhos, a ênfase se desloca para o amor, a misericórdia e a graça, sugerindo uma interpretação mais ampla e inclusiva dos princípios divinos.

O texto de ‘1 Coríntios 6:9-11’, embora pertença ao Novo Testamento, é frequentemente citado em discussões sobre homossexualidade e moralidade cristã, por meio de uma interpretação pouco profunda. Nele, Paulo lista comportamentos que, segundo ele, impedem a ‘herança do Reino de Deus’. Em algumas traduções de 1 Coríntios 6:9-11 as palavras gregas “*malakoi*” e “*arsenokoitai*” são frequentemente interpretadas como “homossexuais passivos ou ativos”. No entanto, essas

⁸ Bíblia para mulheres, católicos e evangélicos: conheça os diferentes tipos. Disponível em: <https://encurtador.com.br/Y8hfb>. Acesso em: 11/03/2025.

⁹ A Bíblia Católica possui 73 livros, enquanto a Bíblia Evangélica tem 66 livros. A Bíblia Católica inclui os livros deuterocanônicos (Tobias, Judite, Sabedoria, Eclesiástico, Baruc, 1 e 2 Macabeus, partes adicionais de Ester e Daniel), que não estão presentes na Bíblia evangélica. (Nota dos autores).

¹⁰ Sodomia é um termo que se refere a práticas sexuais que são consideradas imorais. A palavra tem origem na interpretação de uma passagem bíblica que descreve os atos dos moradores da cidade de Sodoma. (Nota dos autores).

¹¹ Na Bíblia, o termo “abominação” (do hebraico *to’evah*) refere-se a algo que é considerado profundamente repugnante, impuro ou moralmente inaceitável aos olhos de Deus. No contexto bíblico, especialmente no Antigo Testamento, esse conceito está frequentemente associado a práticas ou comportamentos que violam as leis divinas ou os preceitos religiosos, como idolatria, práticas sexuais específicas ou rituais pagãos. (Nota dos autores).

expressões exigem uma interpretação cuidadosa, pois suas nuances no grego original podem não se referir exclusivamente à homossexualidade como a entendemos hoje (Brownson, 2014, p. 271; Campello, 2019, p.106). Alguns estudiosos argumentam que Paulo estaria criticando práticas sexuais exploratórias ou abusivas, comuns em seu contexto histórico, e não relações consensuais e afetivas entre pessoas do mesmo sexo (Brownson, 2014, p. 271; Campello, 2019, p.106). Essa distinção é crucial para uma leitura mais contextualizada e menos anacrônica do texto.

Como destaca o teólogo contemporâneo Mott (2008, s/p), os Evangelhos apresentam narrativas que sugerem uma postura acolhedora de Jesus em relação a relacionamentos homoafetivos. Um caso paradigmático encontra-se nas passagens de Mateus (8:5-13) e Lucas (7:1-10), que descrevem a cura do *παῖς* (pais) - termo grego que pode denotar tanto “servo” quanto “jovem parceiro sexual” - de um centurião romano. A significativa ausência de qualquer juízo moral por parte de Cristo sobre a natureza dessa relação estabelece um contraste radical com os discursos de intolerância LGBTfóbica predominantes no contemporâneo.

Esta pericope evangélica revela três dimensões fundamentais da mensagem cristã primitiva: Universalidade da graça: a cura é concedida independentemente da orientação sexual presumida dos envolvidos; Não-julgamento: a ausência de condenação moral sobre a relação; Priorização da compaixão: o ato de cura como expressão máxima do amor ágape (Mott, 2008, s/p).

Essa análise exegética revela uma contradição fundamental: as posturas intolerantes adotadas por certos segmentos cristãos contemporâneos configuram uma ruptura radical com o paradigma ético-jurídico estabelecido por Jesus. A teologia, nesse contexto, identifica essa dissonância hermenêutica como resultado de um processo histórico de ressignificação dogmática, no qual construções sociais heteronormativas foram progressivamente sobrepostas ao núcleo originalmente inclusivo da mensagem cristã. Mott (2008, s/p) argumenta que Cristianismo e homossexualidade não são incompatíveis:

O que distingue a mensagem de Cristo, tanto do judaísmo como de outras religiões, é o primado do amor: amai-vos uns aos outros. Homossexualidade é amor, amor *ágape*, amor *eros*, amor *filos*. Onde há amor, Deus aí está, disse João, o discípulo que Jesus amava. Portanto, quando dois homens ou duas mulheres se amam, estão cumprindo a regra áurea do Cristianismo.

Mott (2008, s/p) afirma que os poucos textos bíblicos frequentemente utilizados por cristãos fundamentalistas para justificar a homofobia, foram, segundo a moderna exegese, mal traduzidos ou mal interpretados. Desde a narrativa de Sodoma e Gomorra até as epístolas de Paulo, as passagens que supostamente condenam a homossexualidade carecem de fundamentação precisa quando analisadas em seu contexto original. Se Jesus realmente condenasse os homossexuais, não teria curado o escravo (e possivelmente amante) do centurião. Além disso, se o Filho de Deus reprovasse o amor entre pessoas do mesmo sexo, teria explicitamente se pronunciado contra os ‘sodomitas’. No entanto, Jesus nunca fez tal condenação. Pelo contrário, ele criticou os hipócritas e os de coração duro, afirmando que eunucos, prostitutas e publicanos precederiam muitos no Reino dos Céus. Essa abordagem sugere uma mensagem de inclusão e amor, em vez de exclusão e condenação (Mott, 2008, s/p).

A intolerância sobre os LGBTs é predominante nas religiões neopentecostais, e na igreja católica, especialmente no movimento carismático católico (MACHADO, 2015, p.45). O discurso dessas igrejas e movimentos “parece advir da teologia da guerra ao mal que, em diferentes momentos da história ocidental, gerou perseguições às minorias culturais” como analisa Machado

(2015, p.66). Tais grupos conservadores sustentam princípios de exclusão, apesar da ascensão de ideias contra-hegemônicas, como do Papa Francisco¹² e outras autoridades religiosas.

Embora a intolerância que parte da igreja contra LGBTs não tenha fundamentos verídicos, tal discurso adquire uma potência excepcional ao ser defendida pelos pastores, padres e líderes religiosos, devido à autoridade simbólica com a qual eles são investidos, vistos como intermediários entre o divino e o terreno, conferindo ao seu discurso uma legitimidade que vai além do simples poder humano.

A autoridade divina atribuída ao pastor amplia o impacto de suas palavras, pois os fiéis tendem a recebê-las como instruções sagradas, vindas de uma fonte superior. Além disso, o poder do discurso pastoral é exercido não apenas através das palavras proferidas em sermões, mas também através de gestos, rituais e práticas simbólicas. A liturgia religiosa, os sacramentos e outros ritos desempenham papéis cruciais na transmissão e reforço das mensagens pastorais, consolidando o poder do pastor sobre os fiéis.

HOMOFOBIA NO BRASIL: LANÇANDO UM OLHAR PARA O CONTEMPORÂNEO

Como pôde ser visto, a subjetivação é um termo usado para nomear o processo pelo qual o ser humano torna-se 'sujeito', isto é, um ser com desejos, crenças e valores, e com consciência do mundo e do outro. É a construção da identidade pessoal e social de cada um, moldada pelas experiências, relações interpessoais e pelo contexto cultural em que se está inserido. O discurso, entendido como a linguagem e as narrativas que circulam em nossa sociedade, desempenha um papel fundamental na subjetivação (Foucault, 1988, p.243; ROSE, 2001, p. 36; SILVA, ROSÁRIO, 2024, p.23), é através dele que internalizamos as normas, valores e expectativas sociais, que nos dizem como devemos ser, agir e pensar; para sermos aceitos e bem-vistos. O sentimento de pertença, tão importante à existência social, permite o indivíduo se adequar às doutrinas (Foucault, 1999, p.43).

A visão de Foucault sobre poder disciplinar (1987), sexualidade (1988), discurso (1999), subjetivação e poder pastoral (2008) faz entender que somos seres construídos por meio da experiência. Mas de uma experiência que é premeditada, pois a subjetividade é uma construção histórica e cultural (Rose, 2001, p.36), pautada por regras e normas sobre corpos individuais e coletivos como forma de controle social.

Refletiu-se que o discurso religioso desempenha um papel significativo na perpetuação da intolerância contra a comunidade LGBTQIAPN+, por meio de subjetivações moldadas na rejeição à diferença e sustentadas pelo uso estratégico das palavras. Assim, aqueles que se conformam aos parâmetros impostos por esse discurso tendem a reproduzi-lo, enquanto os que não se adequam sofrem os impactos de uma intolerância que se manifesta em diversas formas de violência. Para a comunidade LGBTQIAPN+, resistir a discursos de intolerância torna-se fundamental, evitando que essas narrativas se internalizem e gerem violências contra si.

¹² O chefe supremo da Igreja Católica - até então, o Papa Francisco - adotou durante seu pontificado uma postura mais inclusiva em relação à comunidade LGBTQIAPN+. Em 18 de dezembro de 2023, autorizou padres a abençoarem uniões entre pessoas do mesmo sexo, reafirmando seu esforço em aproximar a instituição religiosa desse público. Essa medida representou um importante passo em sua tentativa de conciliar fé católica e diversidade sexual. Além disso, existem igrejas evangélicas inclusivas cujos líderes baseiam seus discursos em evidências científicas sobre sexualidade e em princípios cristãos de acolhimento, respeito e amor à comunidade LGBTQIA+. Essas congregações buscam reinterpretar textos bíblicos à luz de uma teologia inclusiva, contrariando correntes mais conservadoras dentro do cristianismo.

Um exemplo trágico dessa dinâmica é o caso da influenciadora brasileira evangélica Karol Eller, que, em 12 de outubro de 2023, tirou a própria vida após não conseguir alcançar a chamada “cura” de sua homossexualidade. A frase publicada por Eller em suas redes sociais antes do suicídio — “perdi a guerra” (Cotta, 2023, s/p) — evidencia o impacto devastador que discursos de intolerância podem ter sobre indivíduos que vivem em desacordo com as normas impostas por tais narrativas.¹³

Os discursos de intolerância contra pessoas LGBTs têm fomentado o que Antunes (2016, p. 130-131) denomina de “homofobias internalizadas” - como no caso de Karol Eller -, em que indivíduos LGBTs introjetam o ódio e a rejeição dirigidos a eles pela sociedade. Essa dinâmica revela como a intolerância tende também a gerar problemas de ansiedade e depressão. Além disso, esses discursos contribuem para a construção de um estigma social que, aparentemente, legítima e naturaliza a violência extrema, incluindo o assassinato de pessoas LGBTs.

A perseguição de líderes religiosos ligados à extrema direita sobre a comunidade LGBTQIAPN+ não é atual, mas ganhou grande força e visibilidade no ano de 2023. Inclusive, o pastor André Valadão (uma das figuras centrais do conservadorismo cristão no contemporâneo, aliado e patrocinado pela extrema-direita),¹⁴ criou uma corrente contra a campanha #pride do *Instagram*,¹⁵ por meio das hashtags #orgulhonao e #nopride, disseminando um discurso de intolerância sobre essa população durante o mês de junho desse ano. Além disso, nas postagens das redes sociais e em cultos, o pastor costuma dizer que na “religião LGBTQIAPN+, o deus é o ser humano, e o sexo é a forma de adoração” e, mais, “santidade é para todes”, confirmando na legenda do post que a “ironia no TODES, óbvio” e, mais, chega a relacionar o movimento à pedofilia.¹⁶ Em momento posterior o pastor incita os fiéis a matarem LGBTs, em *live* em uma de suas redes sociais:

Essa porta [casamento homoafetivo] foi aberta quando nós tratamos como normal aquilo que a bíblia já condena. Então, agora é hora de tomar as cordas de volta, dizendo não, não, não. Pode parar, reseta. E Deus fala: Não posso mais. Já meti esse arco-íris aí. Se eu pudesse, eu matava todo mundo a começava tudo de novo. Mas, prometi para mim mesmo que não posso, então, está com vocês. Vamos para cima. Eu e minha casa serviremos ao Senhor. (Agência Brasil, 2023, s/p).

Não é difícil perceber a existência de um forte desejo pela eliminação da comunidade LGBT, uma postura que entra em contradição com as passagens bíblicas, já que Jesus Cristo acolhia aqueles que viviam à margem da sociedade de sua época, como a prostituta que ungiu seus pés (Lucas 7:37-38). No entanto, a história da igreja cristã é marcada por milhares de assassinatos, como os ocorridos durante a Inquisição, quando grupos eram estigmatizados e perseguidos como

¹³ A jovem lésbica de 36 anos, havia se aproximado de políticos da extrema-direita e foi nomeada para em cargo da Empresa Brasil de Comunicações (EBC), auxiliando nas comunicações do governo entre 2019 e 2023, quando foi exonerada, após participar dos ataques antidemocráticos de 8 de janeiro. A influenciadora também havia se aproximado da religião neopentecostal e optado pela renúncia de sua sexualidade, após um retiro espiritual. Em live com um pastor neopentecostal ela afirmou: “Deus me ama como eu sou. Mas não como eu estava. Ele me ama como eu estava, mas ele não quer as minhas práticas”. Mas antes do episódio da live, já havia confessado em carta o desejo pelo suicídio.

¹⁴ TV do pastor André Valadão recebeu R\$ 217 mil do governo em ano eleitoral. Disponível em: <https://apublica.org/2022/10/em-ano-eleitoral-tv-do-pastor-andre-valadao-recebeu-r-217-mil-do-governo/>. Acesso em: 06/03/2025.

¹⁵ Uma campanha elaborada pela comunidade com a intenção de mobilizar o respeito e a tolerância.

¹⁶ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2023/07/pastor-andre-valadao-criou-campanha-contramovimento-lgbtqia-associado-por-ele-ate-a-pedofilia.ghtml>. Acesso em: 19/03/2024.

ameaças coletivas, a exemplo das “bruxas” nos séculos XVI e XVII. Dessa forma, essa tensão entre a mensagem de acolhimento de Cristo e as práticas de exclusão e matança ao longo da história, revela uma complexidade que merece reflexão crítica.

Na contemporaneidade, a Igreja, ao se apropriar dos meios de comunicação de massa - desde a televisão até as plataformas digitais mais recentes - consolida-se como poderoso instrumento de subjetivação. Através de estratégias midiáticas sofisticadas que articulam técnicas publicitárias com narrativas emocionais, denominações pentecostais e correntes fundamentalistas moldam identidades religiosas, promovendo uma experiência de fé simultaneamente personalizada e massificada (Sousa, 2021, p. 293). A chamada “igreja eletrônica” (Sousa, 2021, p. 291) emerge como fenômeno que transcende os limites espaciais tradicionais, utilizando as mídias digitais para disseminar discursos religiosos em escala global. Essa mediação tecnológica, embora democratize o acesso ao conteúdo sagrado, levanta questionamentos sobre a potencial superficialização das práticas religiosas.

A retórica intolerante veiculada por esses meios mantém continuidade histórica com os processos de subjetivação que articulam sexualidade, corporalidade e organização social desde o século XVI (Foucault, 2008, p. 219). Através dessa linguagem normativa, os indivíduos são interpelados e constituídos, reforçando estruturas de poder que perpetuam a exclusão de grupos considerados ‘desviantes’. Essa dinâmica demonstra como os mecanismos de controle social operam de forma imbricada nos campos religioso e político, sustentando práticas discriminatórias e hierarquizantes.

Em 2023, outros episódios midiáticos ilustraram a realidade, por exemplo: O discurso transfóbico do deputado Nicolas Ferreira (PL) na Câmara dos Deputados em 8 de março, que utilizou o Dia Internacional da Mulher para atacar identidades trans;¹⁷ Os cultos organizados pelo pastor ‘André Valadao’ durante as celebrações do Orgulho LGBT, com mensagens explicitamente hostis à comunidade;¹⁸ A tentativa da bancada evangélica de instituir uma CPI para proibir o casamento homoafetivo em outubro.¹⁹ Esses eventos, amplamente divulgados e ainda acessíveis em plataformas como *YouTube* e *Instagram*, refletem o cenário político brasileiro pós-virada conservadora da década de 2010. Esse movimento permitiu a consolidação de uma bancada evangélica influente nos poderes Legislativo e Executivo, responsável pela disseminação de pânicos morais como o infundado “kit gay” (Vencato; Vieira, 2021, p. 13-15).

Como demonstram os casos citados, lideranças religiosas assumem duplo poder - político e midiático - para normatizar corpos e sexualidades. Na condição de formadores de opinião, utilizam esses espaços para difundir doutrinas excludentes (Silva; Rosário, 2024, p. 27). Tais visões de mundo circulam indiscriminadamente entre fiéis e não-fiéis, frequentemente consumidas e reproduzidas acriticamente por estarem revestidas de autoridade religiosa e suposta fundamentação bíblica.

As ciências humanas há décadas investigam as estruturas que sustentam a violência contra grupos marginalizados (LGBTs, mulheres, populações negras e indígenas, pessoas gordas etc.).

¹⁷ Na ocasião, apresentou-se com uma peruca, afirmando que se chamava deputada “Nikole”. Entende-se que ele também desejava zombar das parlamentares transgêneras Duda Salabert e Erika Hilton. Ver mais em: <https://midiademocracia.fgv.br/node/79>. Acesso em: 22 de jan. de 2025.

¹⁸ Ver mais em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2023/06/deus-odeia-o-orgulho-deputada-erika-hilton-denuncia-pastor-andre-valadao-ao-mp-por-homotransfobia.ghtml>. Acesso em: 22 de jan. de 2025.

¹⁹ Ver mais em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-COMISSAO-APROVA-PROJETO-QUE-PROIBE-O-CASAMENTO-ENTRE-PESSOAS-DO-MESMO-SEXO>. Acesso em: 22 de jan. de 2025.

Diversos arcabouços teóricos indicam que esse contexto repressivo precede o cristianismo, constituindo-se historicamente através de um conjunto de forças destinadas a regular modos de ser, pensar e agir. Esse aparato de controle, que gera profundo sofrimento social, busca perpetuar um *status quo* que privilegia subjetividades alinhadas ao regime colonial-patriarcal-racializante-capitalista, conforme análise de Rolnik (2023, s/p).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi elaborado um panorama sobre os conceitos de subjetivação, sexualidade, discurso e poder pastoral, fundamentado nas obras de Michel Foucault (1987, 1988, 1999, 2008) e outros autores. A análise permitiu compreender que, ao integrar-se ao tecido social, os indivíduos estão inevitavelmente imersos nas dinâmicas de poder que estruturam a sociedade. Nesse contexto, os discursos e as instituições sociais desempenham um papel central na construção das formas de pensar, agir e viver, reproduzindo e disseminando normas que regulam e legitimam comportamentos individuais e coletivos, mesmo quando essas normas resultam em opressão.

O cristianismo, com sua profunda inserção cultural e histórica, desempenha um papel central na formação subjetiva dos indivíduos, moldando valores, normas e comportamentos. No Brasil, segundo país mais cristão do mundo e marcado por uma colonização profundamente influenciada pela cultura cristã, essa herança se reflete nas práticas sociais e nos dogmas que permeiam discursos tanto no âmbito religioso quanto secular. Os discursos provenientes do contexto religioso são amplamente internalizados e legitimados, evidenciando a força simbólica e normativa que o cristianismo ainda exerce sobre as estruturas e dinâmicas da sociedade brasileira.

Nesse cenário, figuras como pastores, padres e líderes religiosos estabelecem relações de poder com a sociedade. A eles é conferida a autoridade para orientar e moldar o comportamento dos indivíduos, configurando uma relação de poder que Foucault denomina poder pastoral. Esse poder não apenas direciona a conduta dos fiéis, mas também atua como um mecanismo de controle social, regulando os modos de vida dentro de parâmetros moralmente aceitos pela comunidade religiosa, ‘pois é Deus que fala por eles’.

Pode-se ver, então, que o processo de subjetivação no Brasil está intrinsecamente ligado ao poder pastoral e aos discursos religiosos. Compreender essas relações é fundamental para desvendar como o poder se manifesta nas práticas cotidianas e como ele influencia a forma como os indivíduos se percebem e se comportam em uma sociedade profundamente marcada por práticas de exploração e desigualdade.

O objetivo deste artigo não foi apresentar a igreja como a única responsável pelas desigualdades ou injustiças sociais, mas destacar o papel significativo que essa instituição desempenhou na legitimação de diversos problemas que persistem na contemporaneidade. Reconhecemos que o cristianismo também trouxe contribuições importantes, influenciando leis, valores e subjetividades alinhados ao acolhimento, à compaixão e à justiça social. No entanto, é fundamental refletir sobre como certas interpretações e práticas religiosas historicamente reforçaram discursos e estruturas de exclusão, especialmente em relação a grupos marginalizados, como a comunidade LGBTQIAPN+. Essa análise busca equilibrar a crítica com o reconhecimento das nuances e contradições presentes na atuação da igreja ao longo da história.

Por fim, é possível entender que a LGBTfobia surge como herança de uma subjetividade patriarcal, que centraliza o homem heterossexual no núcleo das relações de poder e rejeita o diferente. Além disso, ao analisar o Brasil como o país que mais assassina pessoas LGBTs, em

especial transsexuais, e, ao mesmo tempo, como um dos maiores consumidores de pornografia envolvendo transsexuais, revela-se uma contradição complexa, marcada por uma dinâmica de amor e ódio.²⁰ Essa dualidade demanda estudos aprofundados e multidisciplinares para ser plenamente compreendida, levando em conta os aspectos históricos, culturais, sociais e econômicos que influenciam essas dinâmicas. Já há muitos estudos elaborados, mas há a necessidade de aprofundar ainda mais esse tema e, especialmente, por meio deles, implantar políticas de transformação.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. **MPF abre investigação para apurar falas do pastor André Valadão**. Publicado em 04/07/2023 - 22:51. Brasília. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2023-07/mpf-abre-investigacao-para-apurar-falas-do-pastor-andre-valadao>. Acesso em: 29/01/2025

ANTUNES, Pedro P. S. **Homofobia internalizada: o preconceito do homossexual contra si mesmo**. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

BRASIL. **Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (Disque 100). Relatório do segundo semestre de 2024**. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/disque100>. Acesso em: 21 de jan. de 2025.

BROWNSON, James V. **Bible, Gender, Sexuality: Reframing the Church's Debate on Same-Sex Relationships**. Eerdmans, 2014. (ISBN 978-0-8028-6863-3).

CAMPELLO, Mônica Conte. **Igreja do nazareno e seu discurso religioso sobre a homossexualidade**. Dissertação (mestrado) – UNIDA / Faculdade Unida de Vitória, 2019.

COTTA, Letícia. **Quem era Karol Eller, influencer bolsonarista que morreu em SP**. *Jornal Metrôpolis.com*. 13/10/2023. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/quem-karol-eller-bolsonarista-morreu>. Acesso em: 20/12/2024.

DANTAS, Bruna Suruagy do Amaral. Sexualidade, cristianismo e poder. *Estud. pesquis. psicol.*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 700-728, dez. 2010. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812010000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18/03/2024.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Segurança território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

IBGE. **Censo Demográfico 2010: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/94/cd_2010_religiao_deficiencia.pdf. Acesso em: 21 jan. 2025.

MACHADO, Cláudio A. Paulo e a utilização das expressões “malakoi” e “arsenokoitai” em 1Coríntios 6.9. *Revista Contemporânea*, 2022 (29), p.39-54.

²⁰ Ver mais em: <https://catarinatas.info/colunas/brasil-invicto-como-campeao-no-consumo-de-pornografia-trans-no-mundo-e-de-assassinatos/>. Acesso em: 29/01/2025.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Religião e política no Brasil Contemporâneo: Uma análise dos pentecostais e carismáticos católicos**. Revista Religião e Sociedade, Rio de Janeiro, 35(2): 45-72, 2015.

MOTT, Luiz. **Homossexualidade e cristianismo**. Entrevista n.12. Blog de Luiz Mott 2008. Disponível em: <https://luizmottblog.wordpress.com/entrevistas/homossexualidade-e-cristianismo/>. Acesso em: 22/08/2024.

QUADROS, Mariana. **Países mais seguros para LGBTQIA+ têm políticas antidiscriminação; veja quais**. IG Queer, 15/09/2021. Disponível em: <https://queer.ig.com.br/2021-09-15/paises-seguros-para-lgbtqia.html#:~:text=O%20continente%20europeu%20lidera%20a,Internacional%20de%20Gays%20e%20L%C3%A9sbicas>. Acesso em: 29/01/2025.

ROLNIK, Suely. **O regime de inconsciente colonial-racializante-capitalístico. Sugestões para abolir a monocultura espiritual (Segunda parte)**. Revista Atlántica Nueva Etapa, s/p, Espanha, 2023. Disponível em: <https://www.revistaatlantica.com/suely-rolnik-portugues/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

ROSE, N. Como se deve fazer a história do eu? **Educação & Realidade**. Porto Alegre, v. 26, n. 1, p. 34-57, jan./jun.2001.

SILVA, Heriton V. S.; ROSÁRIO, Nísia M. **Discursos de intolerância e produção de subjetividades: rejeição, interdição e ridicularização a corpos gordos e trans**. In.: Ressurgência da extrema-direita no Brasil recente. Catu, BA: Bordô-Grená, 2024.

SOUSA, Marco Túlio de. Igreja eletrônica, religiosidade midiática, religiosidade midiaticizada: Conceitos para pensar as relações entre mídia e religião. **Revista Matrizes**. São Paulo, v. 15, nº 1, 275-298. Jan./abr. 2021.

VENCATO, Anna Paula; VIEIRA, Regina Stela Corrêa. Uma virada conservadora: pânico moral, mídias digitais, (des)ilusões e (des)afetos no Brasil dos anos 2010. **Revista Eletrônica Interações Sociais – REIS Revista de Ciências Sociais**: 2021. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/reis/article/view/14035>. ACESSO EM: 18/03/2024.